



As Cidades Médias de Minas Gerais:

dinâmica e distribuição regional

Ailton M. Carvalho & Frederico N. Barbi

Série Estudos e Debates nº 40

Dezembro/1999

Ailton Mota de Carvalho-Professor do Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico, do Centro de Ciências do Homem(CCH) da Universidade Estadual do Norte Fluminense(UENF).

Frederico Niffenegger Barbi-Aluno do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais.

SÉRIE ESTUDOS & DEBATES

Nova Série

A Série Estudos & Debates, publicação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR, divulga trabalhos inéditos no campo do Planejamento Urbano e Regional. As opiniões emitidas nos textos são de inteira e exclusiva responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente o ponto de vista do IPPUR.

Corpo Editorial:

Henri Acselrad

Ana Clara Torres Ribeiro

Rosélia Piquet

Pedro Abramo

Coordenação de Documentação e Divulgação:

Henri Acselrad - Coordenador

Dulce Portilho Maciel - Assistente de Coordenação

Ana Lucia Ferreira Gonçalves - Bibliotecária Chefe

Direção:

Jorge Luiz Alves Natal - Diretor

Mauro Kleiman - Coordenador de Ensino

Adauto Lucio Cardoso - Coordenador de Pesquisas e Projetos

Henri Acselrad - Coordenador de Documentação e Divulgação

Colaboraram na produção deste trabalho:

Jussara Bernardes - Secretária de Documentação e Divulgação

Maria Luiza Jardim - Bibliotecária

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR

Prédio da Reitoria, 5º andar, sala 543

Cidade Universitária - Ilha do Fundão

Cep: 21910-240 - Rio de Janeiro - RJ.

Tels: (021)598-1676 Fax: (021)564-4046

C331c

Carvalho, Ailton Mota de.

As cidades médias de Minas Gerais : dinâmica e distribuição regional /

Ailton Mota Carvalho e Frederico Niffenegger Barbi : -- Rio de Janeiro :

UFRJ/IPPUR, 1999.

30p. : il. ; 30cm. -- (Série estudos e debates ; n. 40)

Bibliografia : p. 29-30.

1. Cidades médias -- Minas Gerais. 2. Urbanização -- Minas Gerais. I. Barbi, Frederico Niffenegger. II. Título. III. Série

CDD : 711.4098151

As Cidades Médias de Minas Gerais: dinâmica e distribuição regional

Ailton Mota de Carvalho¹
Frederico Niffenegger Barbi²

Resumo:

As cidades médias foram muito estudadas durante a década de 1970, dando origem a várias publicações sobre o tema. Após esta fase de interesse, esta categoria de cidade caiu um pouco no ostracismo acadêmico voltando, recentemente, a ser objeto de um renovado enfoque.

Este artigo recupera um pouco desta trajetória, atualizando a discussão do tema, com uma atenção especial na dinâmica e na distribuição espacial das cidades médias de Minas Gerais.

Palavras Chaves:

Cidades médias – Rede Urbana - Urbanização

¹ Professor do Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico, do Centro de Ciências do Homem (CCH) da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF).

² Aluno do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar o processo de urbanização das cidades médias mineiras e sua localização espacial no interior das Regiões de Planejamento do Estado. A intenção deste estudo é a de retomar o tema das cidades médias, seguindo a tendência atual de valorização deste nível de cidades, averiguando, em caráter especial, de que maneira estes centros urbanos têm contribuído para o processo de urbanização do Estado de Minas Gerais.

Na realidade é uma retomada deste tema, que esteve em plena vigência durante a década de 70, para logo após cair em certo ostracismo, o que recentemente vem se modificando, com uma revalorização teórica e prática deste nível de cidades. Este ressurgimento, por dizer assim, tem relação direta com os modelos atuais de descentralização político-administrativa vigentes em quase todos os países latino-americanos e, nos quais, os denominados centros intermediários passam a desempenhar um papel determinante, enquanto espaços privilegiados de crescimento econômico e de aplicação de políticas e instrumentos de atenção à pobreza e, certamente, de importância capital na aplicação de estratégias de desenvolvimento que considerem como prioritária a sustentabilidade ambiental.

Antes de analisar as cidades médias mineiras, especificamente, o presente trabalho realiza uma revisão conceitual de cidade média, considerando que essa categoria de centro urbano pode variar de acordo com o contexto de cada região ou de cada país.

Passo seguinte, fez-se uma análise do desempenho e da importância das cidades médias no cenário latino-americano. Posteriormente, estes centros intermediários são analisados dentro do contexto brasileiro, procurando identificar a importância desses centros médios para a urbanização brasileira.

Nas duas etapas seguintes, os estudos são direcionados para as cidades médias mineiras, identificando-as, analisando a sua dinâmica e verificando a sua distribuição espacial de acordo com a divisão do Estado em Regiões de Planejamento.

Desta maneira seguiu-se um roteiro metodológico, que partindo de um marco conceitual e teórico mais amplo, passou por uma análise do tema na América Latina; depois analisou o caso brasileiro, até chegar ao estudo de caso: as cidades médias em Minas Gerais.

2. NOTAS PRELIMINARES

Um dos processos mais relevantes experimentados pela América Latina durante o século XX , foi o de sua expansão demográfica, denominada por alguns como “explosão demográfica”. No interior deste processo, destacou-se o crescimento da população urbana, sempre com taxas superiores às da população total.

Este processo acelerado de urbanização ocorreu de forma geral em quase todo o continente e em todos os níveis de cidades, notadamente durante a década de 50 e 60, tendo experimentado um refluxo nas últimas décadas.

Todavia, o resultado histórico deste processo coloca a América Latina como o continente mais urbanizado do mundo em desenvolvimento, com 74% de sua população vivendo em localidades urbanas, taxa de urbanização que está muito próxima das taxas da Europa e da América do Norte.

Quadro 1
Porcentagem de população urbana segundo grandes regiões do mundo-1995

Região	Porcentagem urbana
AMÉRICA DO NORTE	76,2
ÁSIA	34,7
ÁFRICA	34,9
EUROPA	73,5
• Ocidental	81,5
• Oriental	70,2
• Do Norte	83,5
• Do Sul	64,1
OCEANIA	70,1
AMÉRICA LATINA E CARIBE	73,4
• Central	66,3
• Do Sul	77,4
• Do Norte	61,7

Fonte: Nações Unidas, 1997

Chama a atenção, especialmente, o índice da América do Sul, com 77,4% de população urbana, um dos mais altos do mundo.

Quando analisado caso a caso, e por tamanho de cidades, a situação dos principais países latino-americanos (exceto o Brasil) é a que aparece no Quadro 2.

Quadro 2
América Latina e Caribe: porcentagem da população nas localidades. Segundo tamanho e índice de primazia, 1990

País	% urbano	% em localidades de 2 mil e mais	% em localidades de 20 mil e mais	% em localidades de 100 mil e mais	% em localidades de 50 a 500 mil e mais	% em localidades de 500 mil a 1 milhão	Índice de primazia (*)
Argentina	87,3	86,7	74,3	61,7	20,4	11,2	3,5
Bolívia	57,5	57,5	49,6	41,3	27,1	28,3	0,9
Colômbia	71,0	68,3	59,6	49,2	15,8	6,6	1,0
Chile	83,5	84,5	72,2	60,7	19,6	10,2	3,0
Equador	55,0	57,2	48,2	36,6	15,4	0,0	1,1
México	71,3	74,3	56,3	46,4	19,0	6,4	2,0
Nicarágua	51,7	50,8	38,7	22,8	10,3	19,8	2,8
Paraguai	50,3	49,6	40,1	32,7	5,9	0,0	5,0
Peru	70,1	65,9	55,5	46,2	16,6	5,1	4,1
Venezuela	84,1	84,1	70,8	58,2	32,8	6,8	0,9

Fonte: CEPAL (1998)

(*) tradicionalmente calculado como o quociente entre a população da cidade principal e a soma das populações das três cidades seguintes.

Como se vê, a porcentagem de população vivendo em localidades de 2 mil e mais habitantes, se aproxima muito dos índices de população urbana fornecidos pelos censos demográficos dos vários países. Este dado é importante para o escopo geral deste trabalho, pois demonstra que, para propósitos comparativos, o uso de um critério padrão e relativamente consensual, conduz a cifras e panoramas muito similares aos obtidos por intermédio censitário.

Neste caso, e como um primeiro parâmetro de medida, pode-se dizer que o patamar de 2.000 e mais habitantes, é bastante representativo dos dados nacionais referentes à população urbana de cada país (índice de correlação simples de 0.991613, CEPAL, 1998).

Porém, quando se adota, como critério de condição urbana de uma localidade, o tamanho de 20 mil ou mais habitantes, as cifras diferem bastante, relativamente ao dados dos censos, sendo geralmente inferiores.

A partir daqui começamos a adentrar a parte mais delicada desta análise, qual seja a delimitar o conceito, principalmente numérico, de cidade média.

3. O CONCEITO DE CIDADE MÉDIA

Não existe um consenso pré-estabelecido a respeito do que seja uma cidade média. Isto é verdade principalmente no que se refere ao aspecto numérico que, naturalmente, vai variar conforme o contexto demográfico de cada país. As definições de cidade intermediária são, portanto, construídas de maneira indutiva, a partir da acumulação de observações empíricas .

De acordo com um estudo da CEPAL (1994), diferentes autores elaboraram definições empíricas de cidades médias, que partem de alguns elementos comuns, entre os quais se colocam :

- a) O tamanho ou a quantidade de população, que em geral varia de 50 a 500 mil habitantes. Esta amplitude de tamanho permitiria os devidos enquadramentos às várias realidades nacionais, ademais de representar os limiares de separação entre este nível de cidades e as cidades pequenas e grandes¹.
- b) Características do tipo ecológico-demográfico, tais como a densidade populacional e a extensão territorial.
- c) Variáveis de natureza econômica, tais como a diversidade econômica; a participação na renda regional e nacional; composição setorial da PEA; e outros.

Com base nestes parâmetros básicos, podemos elencar um rol de características que podem balizar melhor a definição de cidade média:

¹ Para confirmar a dificuldade de delimitação do tamanho demográfico das cidades médias, a mesma CEPAL, em publicação mais recente, estipula valores entre 50 mil e 1 milhão de habitantes . (1998, p.56)

- a) Crescimento demográfico- em geral as cidades médias registram um crescimento demográfico superior à média nacional.
- b) Função urbana- em geral as cidades de porte médio são capitais de estado ou centros regionais.
- c) Potencial de desenvolvimento endógeno- significa ter forças locais que permitem um desenvolvimento auto-sustentado e um certo grau de independência frente a outras instâncias de governo.
- d) Capacidade de gestão e participação política – significa ter quadros políticos e técnicos capacitados para uma boa administração pública, e canais de participação política da sociedade civil.

Estes parâmetros servem de orientação geral para todos aqueles que se dispõem a estudar as cidades médias, o que não elimina a dose de subjetividade que cada autor possa acrescentar ao seu conceito.

4. ALGUNS ANTECEDENTES

Na abordagem deste tema, a questão principal que se coloca é a seguinte: quais são as vantagens que as cidades de tamanho médio possuem, em relação às grandes e pequenas, que justificam o seu estudo?

Qual é o tamanho mínimo necessário para uma boa prestação dos serviços requeridos pelas pessoas e empresas e qual é a influência do tamanho da cidade sobre a sua capacidade de crescimento?

Com relação a esta segunda questão Brian Berry (1967:18), citado em Kuklinski (1977:137), diz que um centro com população superior a 250 mil habitantes “parece satisfazer as condições necessárias para o crescimento auto-sustentável” e sugere que estes deveriam ser os lugares privilegiados dos investimentos públicos, em lugar dos investimentos nas cidades muito pequenas.

Reforçando esta opinião, Wilbur Thompson (1965:24), citado pelo mesmo Kuklinski, sugere também o tamanho de 250 mil habitantes, como o mínimo ideal para uma cidade, pois “as características estruturais, tais como a diversificação industrial, o poder político, as inversões fixas volumosas, um rico mercado local, e uma oferta sustentada de liderança industrial, quase podem assegurar a continuação do seu crescimento e protegê-la plenamente contra o declínio absoluto, e ainda impor seu crescimento agregado irreversível”.

Como se vê a cifra de 250 mil habitantes aparecia com muita frequência nas discussões sobre o tamanho ótimo-mínimo das cidades, já desde a década de 60, com referência direta à realidade dos países desenvolvidos.

Mas, pela inegável importância que as cidade médias têm na estrutura urbana de qualquer país, elas foram muito estudadas e ocuparam um lugar especial na literatura e nos estudos urbanos brasileiros, principalmente durante a década de 1970, na qual foram publicados vários trabalhos sobre o tema. Dentre eles se destacam o de Geiger (1972) com o estudo “Diretrizes e Prioridades em Pesquisas Urbanas”. Provavelmente é esta a primeira referência brasileira às “cidades médias”, definidas por este geógrafo como “centros intermediários entre o nível das metrópoles nacionais e regionais e o nível das cidades de atuação local, ou pequenas regiões de influências.” A tentativa de conceituação parava por aí, não se aventurando a propor limites demográficos.

Uma outra referência é a de Andrade e Lodder (1979) pesquisadores do IPEA que publicaram “Sistemas Urbanos e Cidades Médias no Brasil”, no qual adotam o tamanho demográfico de 50 a 100 mil habitantes, para definir cidade média.

Em Minas Gerais, merecem citação os trabalhos realizados por Amorim (1973) intitulados “Contribution a l'étude des villes moyennes au Minas Gerais: Formiga et le Sud-Ouest du Minas Gerais” e (1984) “Cidades Médias e organização do espaço no Brasil”.

Durante a década de 1990, o tema como que andou meio esquecido, talvez devido à prevalência de modelos e paradigmas que, de forma geral, reduziram a importância do planejamento e dos estudos urbanos e regionais.

Recentemente as cidades médias voltam a ser objeto de estudos, todos eles considerando a importância desse nível de lugares para o desenvolvimento social e econômico dos países na medida em que representam os pontos de apoio para serviços e equipamentos, e o elo de integração entre as cidades menores e maiores da rede urbana.

No âmbito latino-americano se destacam as publicações da CEPAL (1994) e recentemente o denominado “Ciudades Intermedias en América Latina y el Caribe: propuesta para la gestión urbana” (CEPAL,1998). De acordo com este estudo as cidades médias são aquelas que compreendem uma população entre 50.000 e 1.000.000 habitantes, subdividas em duas categorias: a primeira corresponde ao grupo onde se encontram as cidades com população entre 50.000 e 500.000 habitantes e na segunda encontram-se as de 500.000 a 1.000.000 habitantes.

No Brasil, o mais recente estudo publicado sobre este tema chama-se “O Recente Desempenho das cidades Médias no Crescimento Populacional Urbano Brasileiro” (Andrade e Serra, IPEA, 1998). Neste estudo, o limite populacional para definir uma cidade média está estipulado entre 50 e 500 mil habitantes.

Também em outro estudo publicado pelo IPEA, (Motta, Mueller e Torres,1997), fazem menção aos “centros médios”, com população entre 100 e 250 mil habitantes e os “centros médios-pequenos”, com população de 100 a 50 mil habitantes, sem entrarem em outras considerações qualitativas.

Nesta breve revisão, citamos alguns dos principais trabalhos sobre o tema e, como já foi citado anteriormente, dá para perceber que não existe um critério absoluto para se definir uma cidade média. O que ocorre dentro dessa discussão é a existência de uma série de fatores, tais como o demográfico, o funcional, relações externas e estrutura interna, ou seja, a posição e o papel que essa cidade ocupa na região e no sistema

urbano do qual ela faz parte, que considerados, ou não, vão originar diferentes interpretações das cidades médias.

Uma revisão temática no âmbito da América Latina, serve para confirmar essa dificuldade.

5-AS CIDADES MÉDIAS NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO

Na América Latina os núcleos urbanos mais dinâmicos no que diz respeito a demografia são aqueles correspondentes às cidades de porte médio, conforme os parâmetros já mencionados.

Na última década as cidades médias tiveram um ritmo de crescimento populacional superior aos da população da cidade principal que, geralmente, corresponde a capital. Nos países de maior população e superfície territorial os centros urbanos médios e pequenos crescem mais rápido que as grandes cidades. Os números exibidos pelo Quadro 3 nos demonstram que as cidades intermediárias são de fato os centros mais dinâmicos da rede urbana dos países analisados.

Estes dados foram retirados do estudo, já citado, realizado recentemente pela CEPAL (1998), para o qual as chamadas cidades médias correspondem a uma faixa populacional entre 50.000 e 1.000.000 habitantes.

Nota-se, pelas informações do quadro, que a faixa de cidades com população entre 50 e 500 mil habitantes obteve, geralmente, taxas de crescimento demográfico superiores em relação às cidades com 500 mil e 1 milhão de habitantes. Essa diferença entre os dois grupos é mais facilmente percebida na Argentina, Chile e Venezuela e de maneira mais moderada no México, Peru, e Colômbia. A Bolívia é um caso especial, pois o país possui apenas uma cidade enquadrada na faixa de 500.000 a 1.000.000 habitantes (Santa Cruz) que experimentou nas últimas décadas um crescimento extraordinário.

Quadro 3

Taxas de crescimento demográfico do total nacional, do total urbano, das cidades principais e das cidades médias

ARGENTINA	1947-1960	1960-1970	1970-1980	1980-1991	1947-1991
TOTAL NACIONAL	1,7	1,5	1,8	1,5	1,6
TOTAL URBANO	3,0	2,2	2,3	1,9	2,4
GRANDE B. AIRES	2,7	2,1	1,6	1,1	1,9
500 MIL A 1 MILHÃO	3,3	2,7	2,5	1,9	2,6
50 MIL A 500 MIL	2,9	3,2	3,3	2,8	3,0
BOLÍVIA	-	-	1950-1976	1976-1992	1950-1992
TOTAL NACIONAL	-	-	1,6	2,2	1,8
TOTAL URBANO	-	-	2,4	4,3	3,1
ÁREA M. DE LA PAZ	-	-	2,6	3,7	3,0
SANTA CRUZ	-	-	6,8	6,6	6,8
50 MIL A 500 MIL	-	-	3,0	4,2	3,4
CHILE	1952-1960	1960-1970	1970-1982	1982-1992	1952-1992
TOTAL NACIONAL	2,5	2,0	2,0	1,6	2,0
TOTAL URBANO	4,0	3,0	2,8	1,8	2,8
GRANDE SANTIAGO	4,0	3,2	2,6	1,8	2,9
500 MIL A 1 MILHÃO	3,0	2,4	2,2	1,4	2,2
50 MIL A 500 MIL	3,3	3,4	2,9	2,0	2,9
COLÔMBIA	1951-1964	1964-1973	1973-1985	1985-1993	1951-1993
TOTAL NACIONAL	2,9	2,9	1,7	2,2	2,4
TOTAL URBANO	4,4	4,3	2,7	2,8	3,6
BOGOTÁ	7,2	5,8	3,0	3,0	4,9
500 MIL A 1 MILHÃO	5,4	4,7	3,7	3,0	4,3
50 MIL A 500 MIL	5,7	3,7	3,0	3,1	4,0
MÉXICO	1950-1960	1960-1970	1970-1980	1980-1990	1950-1990
TOTAL NACIONAL	3,0	3,3	3,2	2,0	2,9
TOTAL URBANO	4,8	4,9	4,3	2,8	4,2
C. DO MÉXICO	4,9	5,2	4,3	0,7	3,8
500 MIL A 1 MILHÃO	4,6	4,8	4,1	3,4	4,2
50 MIL A 500 MIL	4,5	4,8	4,2	4,0	4,4
PERU	1940-1961	1961-1972	1972-1981	1981-1993	1940-1993
TOTAL NACIONAL	2,2	2,9	2,5	2,2	2,4
TOTAL URBANO	3,6	4,9	3,5	2,8	3,7
LIMA	5,0	5,3	3,7	2,6	4,3
500 MIL A 1 MILHÃO	3,1	6,6	4,2	2,8	3,9
50 MIL A 500 MIL	3,9	5,6	4,4	3,1	4,1
VENEZUELA	1950-1961	1961-1971	1971-1981	1981-1991	1951-1991
TOTAL NACIONAL	4,0	3,3	3,0	2,5	3,2
TOTAL URBANO	6,3	4,6	3,9	2,5	4,3
GRANDE CARACAS	6,8	4,5	2,0	1,4	3,7
500 MIL A 1 MILHÃO	6,1	5,7	4,6	0,6	4,3
50 MIL A 500 MIL	6,8	4,6	4,4	3,0	4,7

FONTE: CEPAL (1998)

É bom frisar que as cidades médias analisadas são de países que apresentam condições geográficas, sócio-econômicas e políticas distintas, o que acaba influenciando no comportamento demográfico desses centros.

Desta forma, é preciso contextualizar essa análise, ou seja, as cidades são consideradas médias de acordo com as características de cada sistema urbano nacional. Assim, se consideramos somente o critério demográfico, podemos ser traídos, pois é preciso considerar a realidade urbana de cada país. Por exemplo: a cidade de Córdoba que se localiza na região metropolitana de Buenos Aires e que possui uma população dez vezes menor que a capital é considerada de porte médio na Argentina porém, dentro do contexto urbano da Bolívia ela se encaixa entre as grandes, ou seja, adotar um critério numérico único para classificar as cidades médias de toda a América Latina é muito difícil, daí a intenção de particularizar o caso brasileiro, que é o que nos interessa de fato.

6- AS CIDADES MÉDIAS NO CONTEXTO BRASILEIRO

No ano de 1991, de acordo com o Censo Demográfico, a rede urbana brasileira era formada por 4.491 centros urbanos apresentando, ainda, uma grande concentração de população nas grandes cidades: as 24 maiores cidades do país concentravam 33,6% da população urbana brasileira, enquanto que na outra extremidade, as cidades pequenas, que correspondem a 93% do total, reuniam apenas 31,7% do total da população urbana nacional.

Dentre estas milhares de cidades, o estudo realizado por Andrade e Serra (IPEA,1998), destacou 293 centros (as chamadas cidades médias) como aquelas que concentram uma população entre 50.000 e 500.000 habitantes e que no total, reúnem cerca de 1/3 da população urbana nacional. As cidades pequenas correspondem às que possuem uma população inferior a 50.000 habitantes e as de grande porte são aquelas cuja população é superior a 500.000 habitantes.

Através do Quadro 4 nota-se que as taxas anuais de crescimento das cidades médias são as mais elevadas se comparadas as outras classes de centros urbanos, o que coincide com a tendência latino-americana.

QUADRO 4

População e número de cidades no Brasil, segundo classes de tamanho urbano

CLASSES DE TAMANHO	1950			1970			1991			taxas anuais de cresc. populacional	
	pop. (1.000 hab.)	num. de centros urbanos	% na pop. total	pop. (1.000 hab.)	Num. De centros urbanos	% na pop. total	pop. (1.000 hab.)	num. de centros urbanos	% na pop. total	1950/70	1970/91
ATÉ 20.000	5.747	1.745	35,30	13.849	3.574	26,20	21.471	3.736	19,30	4,50	2,10
ENRE 20.000 E 50.000	1.623	55	10,00	5.632	177	10,60	13.807	438	12,40	6,40	4,40
ENTRE 50.000 E 100.000	1.215	16	7,50	3.430	49	6,50	11.357	160	10,20	5,30	5,90
ENTRE 100.000 E 250.000	787	4	4,80	4.832	34	9,10	15.896	100	14,30	9,50	5,80
ENTRE 250.000 E 500.000	1.237	3	7,60	1.865	6	3,50	11.218	33	10,10	2,10	8,90
ENTRE 500.000 E 2.000.000	630	1	3,90	8.363	8	15,80	18.262	20	16,50	13,80	3,80
MAIS DE 2.000.000	5.038	2	31,00	14.935	2	28,20	18.980	4	17,10	5,60	1,10
TOTAL BRASIL	16.277	1.826	100%	52.906	3.850	100%	110.991	4.491	100%	6,10	3,60

Fonte: IPEA (1998)

Na realidade, as elevadas taxas anuais de crescimento das cidades intermediárias estão longe de expressar apenas o crescimento vegetativo destes centros urbanos. O que ocorre é um intenso fluxo migratório para essas cidades e o acréscimo na quantidade de cidades nestas categorias, devido às emancipações municipais.

Nas últimas décadas as cidades de menor porte tiveram uma redução significativa na porcentagem total de população urbana. Em 1950, as cidades com menos de 20.000 habitantes detinham 1/3 da população urbana nacional e contavam com 1.745 cidades; já no ano de 1991, apesar do aumento do número de cidades pertencentes a essa classe (cerca de 4.000 cidades) o grupo não chegava a deter 20% da população urbana do país.

Como é muito divulgado, a principal causa do esvaziamento das pequenas cidades está relacionada com as alterações no setor agrícola onde, gradativamente as atividades de subsistência estão sendo suplantadas pelas atividades de produtos exportáveis.

No que diz respeito às grandes cidades, ou seja, as que possuem mais de 500.000 habitantes, há dois períodos a serem considerados. O primeiro corresponde ao período de 1950/1970 onde, as cidades grandes impulsionaram o crescimento urbano brasileiro.

O segundo período, 1970/1991, mostra que os grandes centros urbanos, apesar de ainda concentrarem a maior parte da população urbana brasileira, não cumprem mais

o papel de vanguarda no crescimento urbano nacional, pois este grupo de cidades não atinge a mesma taxa de crescimento demográfico do período anterior, ou seja, observa-se um notável processo de reversão da concentração, no qual as cidades médias desempenham um papel fundamental.

Para Andrade e Serra (1998:3) os fatores que proporcionaram um dinamismo no desempenho demográfico das cidades médias foram: “as mudanças recentes nos padrões locacionais da indústria; as transformações mais visíveis no movimento migratório nacional; o fenômeno da periferização das metrópoles; os fatores endógenos ao próprio dinamismo econômico de muitas destas cidades; a política governamental de atração de investimentos para as regiões economicamente defasadas e a peculiar expansão de nossas fronteiras agrícolas e de extração de recursos minerais.”

Este fenômeno caracterizou, principalmente, as regiões metropolitanas do Brasil, que apresentaram a partir de 1990, taxas modestas de crescimento como um todo, mas bem menores no núcleo e maiores na periferia imediata, constituída, geralmente, por centros intermediários.

Neste estudo realizado pelo IPEA, as cidades médias foram subdivididas em duas categorias: as cidades médias não metropolitanas e as cidades médias metropolitanas. As cidades médias metropolitanas possuem um papel primordial dentro da dinâmica demográfica dos centros médios sendo as responsáveis por grande parte deste crescimento. Dentre os fatores que constata essa afirmação podemos destacar os seguintes: o processo de periferização das metrópoles; a elevação dos preços fundiários resultante do aumento da densidade populacional das sedes metropolitanas e o fato de que as cidades médias metropolitanas (hoje com menor intensidade) cumprirem o papel de porta de entrada dos grandes fluxos migratórios rural-urbanos desde a década de 50.

Ao analisarmos a participação das cidades brasileiras no crescimento populacional urbano nacional no período de 1950/1991, através do Quadro 5, notamos que as cidades intermediárias aumentaram suas participações no crescimento nacional entre os períodos de 1950/70 e 1970/91 de 29,74% para 62,87%, respectivamente. Neste mesmo período

as cidades com menos de 20.000 habitantes e as de população superior a 500.000 habitantes tiveram suas participações reduzidas de 22,12% para 13,12% e de 48,13% para 24,00%, respectivamente. Portanto, nota-se uma modificação na dinâmica de crescimento das cidades em relação aos períodos analisados e uma contribuição maior ao crescimento urbano nacional por parte das cidades médias.

Quadro 5

Crescimento absoluto e participação das cidades brasileiras no crescimento populacional urbano nacional, segundo classes de tamanho das cidades - 1950/1991.

CLASSES DE TAMANHO	1950/70		1970/91	
	Cresc. Abs. (1.000 hab.)	Partic. no cresc. nacional (%)	Cresc. Abs. (1.000 hab.)	Partic. no cresc. nacional (%)
ATÉ 20.000	8.102	22.12	7.622	13.12
ENTRE 20.000 E 50.000	4.009	10.94	8.175	14.07
ENTRE 50.000 E 100.000	2.215	6.05	7.927	13.65
ENTRE 100.000 E 250.000	4.045	11.04	11.064	19.05
ENTRE 250.000 E 500.000	628	1.71	9.353	16.10
ENTRE 500.000 E 2.000.000	7.733	21.11	9.899	17.04
MAIS DE 2.000.000	9.897	27.02	4.045	6.96
TOTAL BRASIL	36.629	100	58.085	100

Fonte: IPEA (1998)

Frente a estes antecedentes continentais e nacionais, resta-nos analisar a situação das cidades médias no Estado de Minas Gerais.

7- AS CIDADES MÉDIAS NO CONTEXTO DE MINAS GERAIS

Segundo Carvalho e Barbi (1997), o Estado de Minas Gerais possuía 722 municípios em 1991, com uma distribuição de população urbana por cidades e segundo faixas de tamanho de população, e distribuição espacial muito desigual.

No período de 1960 a 1991 o que se observa é um pequeno número de cidades concentrando a maior parte da população urbana. Em 1960, 6,2% do número de cidades concentravam 50,3% da população urbana; em 1970, 6,4% do número total de cidades concentravam 58,3% da população urbana, em 1980, 9,6% das cidades concentravam 66,6% da população urbana e em 1991 12,3% das cidades concentravam 69,6% da população urbana total.

Podemos observar pelo Quadro 6, que a urbanização de Minas Gerais caracterizou-se por uma grande dispersão, com um elevado número de pequenas cidades e, por outro lado, numa concentração demográfica num reduzido número de

cidades maiores, o que está inteiramente de acordo com o padrão de urbanização vigente no Brasil até a década de 90.

Ao analisarmos os dados do quadro, notamos que no ano de 1991 o grupo de cidades com população de até 20.000 habitantes representa a maioria esmagadora das 722 cidades da rede urbana mineira, chegando a um total de 634 cidades e reunindo uma parcela de 30% da população urbana do Estado.

No outro extremo encontramos as cidades com mais de 200.000 habitantes que correspondem a 5 cidades e aglomeram cerca de 25% da população urbana. Entre esses dois extremos encontramos 83 aglomerados urbanos com população entre 20.000 habitantes e 200.000 habitantes, que correspondem a aproximadamente 45% da população urbana mineira. Em tese, esta faixa de cidades, nem grandes, nem pequenas, é a que poderíamos denominar de cidades de porte médio em Minas Gerais, a par de outras considerações qualitativas, que podem precisar mais este conceito.

Quadro 6
Cidades nas datas dos censos segundo faixas de tamanho de população
1960 - 1970 - 1980 - 1991

GRUPOS DE HABITANTES	NÚMERO				POPULAÇÃO			
	1960	1970	1980	1991	1960	1970	1980	1991
até 500	3	20	15	5	1225	7836	6126	2232
de 501 a 1000	41	130	93	50	33921	97387	72867	41048
de 1001 a 2000	134	183	155	132	197419	269629	229405	190170
de 2001 a 5000	173	207	221	233	530434	641096	710245	749788
de 5001 a 10000	67	90	105	127	454737	625864	743568	877146
de 10001 a 20000	34	46	64	87	467158	653648	832653	1198037
de 20001 a 50000	25	35	43	56	723063	1127642	1318250	1845491
de 50001 a 100000	3	6	14	20	213266	386799	1095910	1406383
de 100001 a 200000	1	3	6	7	124979	343452	831000	1064622
de 200001 a 500000	-	1	2	4	-	218856	530128	1167318
de 500001 a 1000000	1	-	-	-	642912	-	-	-
mais de 1000000	-	1	1	1	-	1106967	1442483	1531186
TOTAL	483	722	722	722	3389114	5479176	7812635	10073421

Fonte: CARVALHO e BARBI (1997)

A seleção destas cidades médias, para fins de planejamento e ações estratégicas, é uma preocupação antiga, pois entendia-se que elas podem ser a chave para um desenvolvimento espacial mais harmônico e para a contenção dos fluxos migratórios em direção as áreas metropolitanas.

Esta não é uma questão nova e neste sentido, o governo mineiro criou, em 1980, um programa voltado para as cidades médias cujo nome era “Programa Estadual de Centros Intermediários” que, por sua vez, estava em sintonia com o “Programa de Cidades de Porte Médio” do Governo Federal, que contava com recursos do Banco Mundial. Além de estar inserido dentro de uma política global de desenvolvimento urbano e regional, este programa propunha: a preocupação com o bem estar e as condições de vida da população do Estado (particularmente a população de baixa renda); a preocupação com a dinâmica demográfica das várias regiões do Estado e a preocupação com o dinamismo da área produtiva (potencial de retorno).

As cidades classificadas como de porte médio neste estudo, e de acordo com os dados do Censo de 1980, foram as seguintes: Unaí (28.148 habitantes), Patos de Minas (59.896 habitantes), Timóteo (40.817 habitantes), Coronel Fabriciano (41.258 habitantes), Ipatinga (106.980 habitantes), Uberaba (180.296 habitantes), Uberlândia (236.446 habitantes), Teófilo Otoni (83.108 habitantes), Varginha (57.448 habitantes), Três Corações (36.179 habitantes), Poços de Caldas (81.448 habitantes), Governador Valadares (177.933 habitantes), Itajubá (53.506 habitantes) e Pouso Alegre (50.517 habitantes). Eram 14 cidades, portanto, com população entre 28 mil e 234 mil habitantes.

Logo em seguida Amorim, Bueno e Abreu (1982) elaboraram um estudo que abrangeu todas as cidades médias de Minas Gerais, denominado “Cidades de Porte Médio e o Programa de Ações Sócio Educativo-Culturais para as Populações do meio urbano em Minas Gerais” no qual foram identificadas 102 cidades ditas como de porte médio (excluindo as da RMBH) dentro de um total de 722 cidades que compunham a rede urbana mineira. De acordo com o critério de seleção, foram levados em conta tanto o tamanho demográfico quanto o tamanho funcional. O limiar demográfico mínimo ficou em torno de 10.000 habitantes e o máximo com cerca de 300.000 habitantes, o que não foge muito aos limiares citados do estudo da FJP.

Através do Quadro 7 notamos que os grupos de habitantes que se encaixam dentro dos limiares demográficos estipulados por diversos estudiosos para um centro de porte médio, obtiveram os maiores ganhos relativos no período de 1980/1991, ou seja, as

idades com população entre 10.000 e 500.000 habitantes, tiveram um desempenho melhor que as cidades de pequeno e grande porte.

Quadro 7
Minas Gerais
Evolução da população por grupos de habitantes
1960/1970 - 1970/1980 - 1980/1991

GRUPO DE HABITANTES	PERÍODO 1960/70		PERÍODO 1970/80		PERÍODO 1980/91	
	Incremento	%	Incremento	%	incremento	%
Até 500	6611	0,32	-1710	-0,07	-3894	-0,2
De 501 a 1000	63466	3,04	-24520	-1,05	-31819	-1,5
De 1001 a 2000	72210	3,45	-40224	-1,72	-210335	-10,1
De 2001 a 5000	110662	5,29	69149	2,96	39543	1,9
De 5001 a 10000	171127	8,19	117704	5,04	133578	6,4
De 10001 a 20000	186490	8,92	179005	7,67	365384	17,5
De 20001 a 50000	404579	19,37	190608	8,17	527241	25,2
De 50001 a 100000	173533	8,30	709111	30,39	310473	14,9
De 100001 a 200000	218473	10,45	487548	20,89	233622	11,2
De 200001 a 500000	218856	10,47	311272	13,34	637190	30,5
Mais de 500000	464055	22,20	335516	14,38	88703	4,2
Estado	2090062	100,0	2333459	100,0	2089686	100,0

Fonte: CARVALHO e BARBI (1997)

Como se vê, esta faixa de cidades (10 mil a 500 mil habitantes), realmente merece uma atenção especial não só por parte dos estudiosos, mas também por parte dos governos através de ações especiais de planejamento urbano, tanto na esfera federal, como na estadual.

Trata-se, ainda, de limites muito amplos, o que é próprio da dificuldade da caracterização numérica, já mencionada, que pode ser aperfeiçoada com a incorporação de outras variáveis mais qualitativas, o que foge ao escopo deste trabalho.

Todavia, os estudos realizados anteriormente, e já citados sobre as cidades médias mineiras (Amorim et alli, 1982) estipularam , além da população, um critério funcional, medido por 25 variáveis, para caracterizar estas cidades.

Estas variáveis foram escolhidas por serem dados adequados para a caracterização de uma hierarquia de cidades de porte médio e também de fácil acesso.

Os critérios para a seleção das cidades intermediárias levaram em conta as variáveis demográfica e a funcional. No que diz respeito ao critério demográfico, os limiares mínimo e máximo foram estabelecidos através de reflexões teóricas feita pelos autores do estudo e baseadas em diversos estudos do gênero. O limiar mínimo ficou em torno de 10.000 habitantes e o máximo com cerca de 300.000 habitantes, ou seja, com uma amplitude muito grande, classificando as cidades que aparecem no Quadro 8

Quadro 8
Cidades médias em Minas Gerais - 1982

Abaeté	Ipatinga	Patrocínio
Aimorés	Itabira	Pedra Azul
Além Paraíba	Itabirito	Pirapora
Alfenas	Itajubá	Pium-i
Almenara	Itambacuri	Poços de Caldas
Araçuaí	Itapecirica	Ponte Nova
Araguari	Itaúna	Pouso Alegre
Araxá	Ituiutaba	Raul Soares
Arcos	Janaúba	Resplendor
Bambuí	Januária	Sacramento
Barbacena	Jequitinhonha	Salinas
Boa Esperança	J. Monlevade	Santa Bárbara
Bocaiúva	J. Pinheiro	Santa Rita do Sapucaí
Bom Despacho	Juiz de Fora	Santos Dumont
Campo Belo	Lagoa da Prata	São Gonçalo do Sapucaí
Carangola	Lavras	São Gotardo
Caratinga	Leopoldina	São João del Rei
Carlos Chagas	Machado	São J. Nepomuceno
Carmo do Paranaíba	Manhuaçu	São Lourenço
Cataguases	Manhumirim	São Sebastião do Paraíso
Caxambu	Mantena	Sete Lagoas
Congonhas	Mariana	Teófilo Otoni
C. Lafaiete	Monte Carmelo	Timóteo
C. Pena	Montes Claros	Três Corações
Corinto	Muriaé	Gov. Valadares
Cel. Fabriciano	Nanuque	Três Pontas
Curvelo	Nova Era	Tupaciguara
Diamantina	Oliveira	Ubá
Divinópolis	Ouro Fino	Uberaba
Dores do Indaiá	Ouro Preto	Uberlândia
Formíga	Paracatu	Unaí
Frutal	Pará de Minas	Varginha
Guaxupé	Passos	Viçosa
Ibiá	Patos de Minas	Visconde do Rio Branco

Fonte: Amorim, Bueno, e Abreu (1982)

Após essa seleção, as cidades médias foram classificadas em diferentes níveis hierárquicos, através de um tratamento estatístico conhecido como Análise de Componentes Principais (ACP), bastante difundido na época da elaboração do estudo. Os níveis elaborados pelos autores foram os seguintes:

■ Nível 1 (Grande Centro Regional):- Juiz de Fora (única cidade deste nível).

- Nível 2 (Cidades Médias de Nível Superior)- Exemplos: Uberlândia, Uberaba e Barbacena.
- Nível 3 (Cidades Médias)- Exemplos: Teófilo Otoni, Patos de Minas, Ituiutaba, Caratinga e Araguari.
- Nível 4 (Centros Emergentes)- Exemplos: Patrocínio, Bom Despacho, Pirapora, Frutal , Itabirito e Januária.

Portanto, esse era o panorama das cidades médias de Minas Gerais durante o período de 1970/1980, notando-se um grande número de cidades com esta potencialidade.

7.2 AS CIDADES MÉDIAS MINEIRAS EM 1991

Com base em todos estes antecedentes teóricos e empíricos, tentaremos identificar as cidades médias em Minas Gerais, com base nos dados do último censo demográfico.

Para um primeiro nível de análise, apoiada apenas em dados secundários, o presente estudo levará em conta apenas o critério quantitativo, ou seja, o demográfico, para detectar quais são , quantas são e onde se localizam , as cidades médias em Minas Gerais.

Os dados utilizados são do Censo Demográfico de 1991, levando-se em conta apenas a população do distrito sede.

O critério adotado neste estudo para a elaboração de um limiar demográfico para as cidades médias de Minas Gerais será baseado no estudo citado de Amorim, Bueno, e Abreu (1982) analisado no capítulo anterior.

O procedimento metodológico é o seguinte: atualizar os dados do estudo de 1982 para o ano de 1991, ou seja: aos limiares de população considerados anteriormente corresponderiam quais limiares em 1991?

Para chegarmos ao limiar demográfico mínimo, selecionamos a cidade de menor população que no caso é Santa Bárbara com 8.959 habitantes (Censo Demográfico de

1980). Portanto, se em 1980 Santa Bárbara foi classificada como uma cidade de porte médio, em 1991 com 16.083 habitantes ela, provavelmente, continuará a exercer essa função.

No caso do limiar demográfico máximo, seguindo o mesmo roteiro, selecionamos a cidade que possuía a maior população, no caso, Juiz de Fora com 309.464 habitantes (Censo Demográfico de 1980) e que em 1991 contava com 377.790 habitantes. No caso de Juiz de Fora, agregando outros valores à análise, podemos considerar que ela foge um pouco, das características de uma cidade média, dado o seu grau de independência relativo, não cumprindo com aquela função básica de funcionar como elo de ligação entre as pequenas cidades e as cidades de grande porte.

O mesmo caso ocorre com a cidade de Uberlândia, segunda cidade mais populosa dessa listagem que segundo o Censo de 1980 possuía uma população de 236.443 habitantes e em 1991 contava com 355.524 habitantes.

No caso da terceira cidade mais populosa, Governador Valadares, que tinha 177.933 habitantes (Censo Demográfico de 1980), e que no Censo de 1991 aglomerava 210.513 habitantes, pode-se considerar que ela ainda mantém requisitos que se enquadram no que diz respeito às cidades médias, e desta forma definimos por considerar a população dessa cidade como o limiar máximo da nossa relação. Fazendo os devidos arredondamentos chegamos a um limiar demográfico para as cidades médias, entre 15.000 habitantes e 200.000 habitantes.

Nota-se que amplitude demográfica continua tão elevada quanto a do estudo anterior que serviu de parâmetro.

Desse modo, percebe-se que o critério não é muito preciso pois, se antes existiam diferenças profundas entre as cidades de Santa Bárbara com 8.959 habitantes e Juiz de Fora com 309.464 habitantes, segundo o Censo Demográfico de 1991, a disparidade entre ambas as cidades permanecia pois, Santa Bárbara com 16.083 habitantes e Juiz de Fora com 377.790 habitantes continuam tendo realidades bem distintas. Assim como no

estudo anterior, não consideraremos as cidades tidas como de porte médio que se localizam na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Apesar dessas diferenças de tamanho demográfico, confiamos na metodologia empregada por Amorim, et alli, (1982), que levou em conta os critérios demográfico e funcional, juntamente com o emprego de um tratamento estatístico conhecido como ACP (Análise de Componentes Principais).

Portanto, chegou-se ao objetivo principal de detectar as cidades que, possivelmente, possuem características de centros de porte médio, tendo como parâmetro o estudo realizado pelos autores citados no início deste parágrafo. O critério funcional fica de fora de análise e reservado para possíveis desdobramentos desta primeira aproximação ao problema.

De acordo então com a metodologia do trabalho mencionado e atualizando os seus dados estipulamos a população das cidades médias entre 15 mil habitantes e 200 mil habitantes conforme já foi mencionado. Nossa opção por estes limites não tem a pretensão de ser exata, nem definitiva, servindo apenas aos objetivos deste ensaio.

No Quadro 9 encontramos listadas estas cidades que, possivelmente, poderiam exercer a função de cidade média e suas respectivas taxas de crescimento no período de 1980/1991. Foram detectadas através de nosso critério de seleção um total de 100 cidades, dentre as 722 cidades que compunham a rede urbana de Minas Gerais em 1991.

Quadro 9
Minas Gerais-Cidades
Médias com população
entre 15.000 e 200.000
habitantes- 1991

CIDADES	REGIÃO DE PLANEJA- MENTO	1980	1991	TAXA DE CRESCI- MENTO
				1980/91
Abaeté	V	13 025	15 944	22,4
.....				
Além Paraíba	II	23 028	26 202	13,8
.....				
Alfenas	III	31 815	47 011	47,8
.....				
Almenara	VII	17 208	23 257	35,1
.....				

Andradas	III	14 018	18 623	32,8
.....				
Araçuaí	VII	12 532	15 838	26,4
.....				
Araguari	IV	73 302	80 654	10,0
.....				
Araxá	IV	51 339	67 972	32,4
.....				
Arcos	V	16 915	23 469	38,7
.....				
Bambuí	V	14 704	15 032	2,2
.....				
Barão de Cocais	I	12 139	16 818	38,5
.....				
Barbacena	I	69 675	80 760	15,9
.....				
Barroso	I	13 315	16 274	22,2
.....				
Boa Esperança	III	17 665	25 267	43,0
.....				
Bocaiúva	VI	16 734	24 791	48,1
.....				
Bom Despacho	V	22 941	29 520	28,9
.....				
Brasília de Minas	VI	10 864	19 151	76,3
.....				
Buritzeiro	VI	8 970	16 584	84,9
.....				
Campo Belo	III	30 392	39 644	30,4
.....				
Carangola	II	15 902	20 216	27,1
.....				
Caratinga	VIII	39 621	46 543	17,5
.....				
Carmo do Paranaíba ...	V	15 545	19 558	25,8
..				
Cataguases	II	40 659	50 986	25,4
.....				
Caxambu	III	16 492	19 078	15,7
.....				
Congonhas	I	22 623	28 443	25,7
.....				
Conselheiro Lafaiete ...	I	66 262	82 820	25,0
.....				
Corinto	V	17 227	18 946	10,0
.....				
Coromandel	IV	11 893	15 954	34,1
.....				
Coronel Fabriciano	I	41 258	44 029	6,7
.....				
Curvelo	V	37 734	47 080	24,8
.....				
Diamantina	VII	20 197	26 074	29,1
.....				
Divinópolis	I	108 344	142 061	31,1
.....				
Formiga	III	36 681	46 638	27,1
.....				
Frutal	IV	22 955	31 980	39,3
.....				
Governador Valadades .	VII	173 699	210 513	21,2
.....				
Guanhães	VIII	11 968	15 039	25,7
.....				
Guaxupé	III	23 637	34 368	45,4
.....				
Ipatinga	I	106 980	120 300	12,4
.....				
Itabira	I	57 691	71 578	24,1
.....				
Itabirito	I	22 978	28 246	22,9
.....				
Itajubá	III	53 506	68 856	28,7
.....				
Itaúna	I	49 372	61 946	25,5
.....				
Ituiutaba	IV	65 178	78 205	20,0
.....				
Janaúba	VI	28 466	40 814	43,4
.....				
Januária	VI	20 484	28 762	40,4
.....				
João Monlevade	I	47 225	57 407	21,6
.....				

João Pinheiro	VI	17 304	22 945	32,6
.....				
Lagoa da Prata	V	20 069	28 128	40,0
.....				
Lavras	III	43 545	60 730	39,5
.....				
Leopoldina	II	28 554	34 886	22,2
.....				
Machado	III	17 340	19 374	11,7
.....				
Manhuaçu	II	22 678	33 500	47,7
.....				
Mantena	VIII	15 415	16 579	7,5
.....				
Mariana	I	12 168	20 994	72,5
.....				
Matozinhos	I	13 285	20 300	52,8
.....				
Monte Carmelo	IV	21 659	29 532	36,3
.....				
Montes Claros	VI	151 881	223 491	47,1
.....				
Muriae	II	50 040	65 468	30,8
.....				
Nanuque	VIII	34 445	37 095	7,7
.....				
Oliveira	III	22 642	25 358	12,0
.....				
Ouro Branco	I	8 822	23 631	167,9
.....				
Ouro Fino	III	12 091	15 661	29,5
.....				
Ouro Preto	I	27 821	35 241	26,7
.....				
Para de Minas	I	37 127	51 822	39,6
.....				
Paracatu	VI	29 911	49 710	36,1
.....				
Passos	III	56 998	74 223	30,2
.....				
Patos de Minas	V	59 896	83 845	40,0
.....				
Patrocínio	IV	29 520	45 405	53,8
.....				
Pedra Azul	VII	13 779	17 516	27,1
.....				
Pirapora	VI	31 533	45 492	44,3
.....				
Pitangui	V	12 336	16 005	29,7
.....				
Piui	V	17 668	20 758	17,5
.....				
Poços de Caldas	III	81 448	105 205	29,2
.....				
Pompéu	V	10 969	15 800	44,0
.....				
Ponte Nova	II	34 807	42 136	21,0
.....				
Pouso Alegre	III	50 517	73 923	46,3
.....				
Salinas	VII	13 085	18 025	37,8
.....				
Santa Bárbara	I	8 959	16 835	70,6
.....				
Santa Rita do Spucaí	III	15 994	20 091	25,6
.....				
Santos Dumont	II	31 053	36 307	16,9
.....				
São Gotardo	V	11 703	15 235	30,2
.....				
São João del Rey	I	53 401	63 685	19,2
.....				
São João Nepomuceno	II	13 087	17 104	30,7
.....				
São Lourenço	III	23 047	29 498	28,0
.....				
S. Sebastião do Paraíso	III	28 482	39 859	39,9
.....				
Sete Lagoas	I	94 502	139 975	48,1
.....				
Taiobeiras	VII	9 928	16 835	69,6
.....				
Teófilo Otoni	VIII	83 108	96 516	16,1
.....				

Timóteo	I	40 817	48 231	18,2
Três Corações	III	36 179	49 134	35,8
Três Marias	V	14 798	19 539	32,0
Três Pontas	III	24 225	33 631	38,8
Tupaciguara	IV	16 833	18 708	11,1
Ubá	II	43 080	52 745	22,4
Uberaba	IV	180 296	199 011	10,4
Unai	VI	28 148	40 817	45,0
Varginha	III	57 448	82 242	43,1
Várzea da Palma	VI	11 242	22 823	103,0
Viçosa	II	29 198	40 124	37,4
Visconde do Rio Branco	II	17 615	21 040	19,4

Fonte: IBGE

Ao compararmos os Quadros 8 e 9, ou seja, as cidades médias de Minas Gerais em 1980 e 1991, notamos que algumas cidades tidas como de porte médio que aparecem no primeiro momento, não figuram mais neste nível hierárquico de cidades no ano de 1991, a saber : Aimorés, Carlos Chagas, Conselheiro Pena, Dolores do Indaiá, Ibiá, Itambacuri, Itapeirica, Jequitinhonha, Manhumirim, Nova Era, Raul Soares, Resplendor, Sacramento e São Gonçalo do Sapucaí.

Além das baixas taxas de crescimento, os demais fatores que impossibilitaram essas cidades de permanecerem entre os centros de porte médio, podem estar ligados a problemas de economia local.

Em sentido contrário, um novo contingente de cidades que não figuravam como centros médios no estudo anterior, atingiram esse nível hierárquico, devido a suas taxas de crescimento positivas, a saber: Andradas, Barão de Cocais, Barroso, Brasília de Minas, Buritizeiro, Coromandel, Guanhanes, Pitangui, Pompéu, Taiobeiras e Três Marias.

Esses dados nos revelam que praticamente uma a cada sete cidades do Estado exerce a função de centro intermediário, o que nos parece uma relação adequada do ponto de vista de estrutura urbana. Para complementar essa análise, interessa-nos verificar a distribuição espacial destas cidades no território mineiro, de acordo com as regiões de planejamento do Estado.

8- A LOCALIZAÇÃO DAS CIDADES MÉDIAS NAS REGIÕES DE PLANEJAMENTO

Por razões metodológicas o presente estudo adotou a divisão de Minas Gerais em oito Regiões de Planejamento, criadas no ano de 1973 pela Secretaria de Planejamento do Estado.

O interesse de localizar as cidades médias em suas respectivas Regiões de Planejamento, se apoia no fato de podermos analisar as diferenças do nível de desenvolvimento urbano entre as regiões que compõe o Estado e sempre considerando os centros urbanos como pontos de apoio ao desenvolvimento regional.

Segundo Andrade e Lodder (1979), as desigualdades regionais estão sempre presentes no desempenho econômico e social dos centros médios e que programas de promoção para o desenvolvimento dessas cidades também se justificam em termos das disparidades regionais. A pergunta que fica é a seguinte: será que uma cidade de porte médio localizada no Vale do Jequitinhonha desempenha as mesmas funções de uma cidade desse porte localizada no Sul do Estado?

Através do Quadro 10, notamos que as Regiões I (Metalúrgica) e III (Sul) são as que possuem o maior número de cidades de porte médio, com 21 cidades cada. No extremo oposto encontramos as Regiões VII (Jequitinhonha) e VIII (Rio Doce) com 6 cidades cada uma.

Numericamente a Região VII (Jequitinhonha), que é a menos urbanizada do Estado e uma região tradicionalmente expulsora de pessoas, e a Região VIII (Rio Doce) possuem o mesmo número de cidades intermediárias, porém, as cidades da Região VIII são de maior porte tais como, Teófilo Otoni com 96.516 habitantes e Caratinga com 46.543 habitante.

Quadro 10

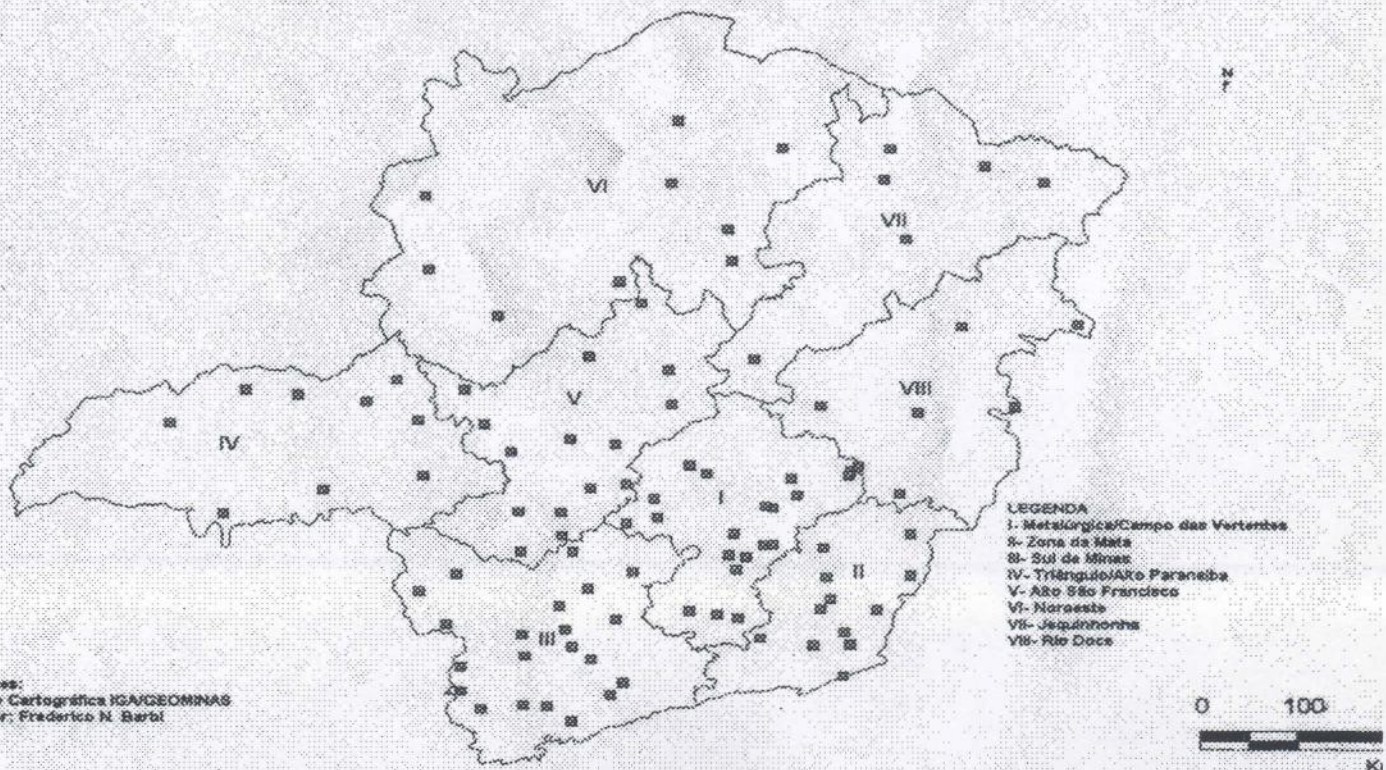
Número de cidades com população entre 15.000 habitantes e 200.000 habitantes por Regiões de Planejamento- Minas Gerais- 1991

Regiões de Planejamento	Número de cidades
I – Metalúrgica	21
II – Zona da Mata	12
III – Sul	21
IV – Triângulo e Alto Paranaíba	9
V – Alto São Francisco	15
VI – Noroeste	10
VII – Jequitinhonha	6
VIII - Rio Doce	6
Total de cidades	100

Fonte: dados elaborados

No Cartograma encontramos as cidades médias selecionadas por esse estudo, localizadas em suas respectivas Regiões de Planejamento.

CIDADES MÉDIAS EM MINAS GERAIS - 1991



As cidades de porte médio podem determinar um indicador de potencialidade urbana pois eles preenchem um papel importante dentro da rede urbana mineira, promovendo o equilíbrio interurbano e urbano regional, daí a importância da visualização da distribuição especial das mesmas.

9-CONCLUSÃO

Valendo-se da análise do crescimento das cidades médias de Minas Gerais no período de 1980/1991 e a localização destas junto às suas respectivas Regiões de Planejamento, procurou-se demonstrar o panorama atual dos centros intermediários mineiros.

Sabemos das limitações desse estudo por motivos já citados anteriormente, mas esse levantamento exploratório feito por critério quantitativo serve para nos dar uma noção da situação atual dos centros médios mineiros dentro da rede urbana mineira.

Analisando o Quadro 9, concluímos que a média da taxa de crescimento entre as 100 cidades selecionadas gira em torno de 33,4% na década; porém, algumas cidades obtiveram um crescimento muito significativo na década de 1980/1991 tais como Ouro Branco (Região I) com 167,9% e Várzea da Palma (Região VI) com 103,0%.

Essa média de crescimento, que é superior às das cidades de grande porte, como nos revelam os estudos a nível nacional, nos remete a lembrar a importância dessas cidades dentro da rede urbana mineira, e as devidas precauções para com esses centros intermediários. Promover uma gestão urbana específica ou um planejamento urbano adequado para a realidade dessas cidades é de fundamental importância.

Sabemos que atualmente os centros intermediários são mais atrativos que os centros de grande porte devido ao fato de poder oferecer às pessoas uma melhor qualidade de vida. Nas cidades médias, os problemas oriundos do mau funcionamento do sistema sócio-econômico, tais como preço elevado do

terreno, desgastantes e onerosos deslocamentos da residência para o trabalho e problemas sociais dos mais variados, ocorrem com índices bem menores.

A questão que se coloca na atualidade, frente ao modelo de descentralização, é a de uma efetiva valorização deste nível de cidade, o que implica em formas novas e criativas de gestão destes centros.

Referências Bibliográficas

- AMORIM, O. A. F. *Contribution a L'étude des Villes Moyennes au MinasGerais. Formiga et le Sud-Quest du Minas Gerais*. Thèse de Doctorat, Université de Bordeaux. 1973.
- AMORIM, O . B. F." Cidades Médias e Organização do Espaço no Brasil." *Revista Geografia e Ensino*. IGC, Ano II, N ° 5, Belo Horizonte - MG, 1984.pp. 5-10.
- AMORIM, O . B. F., BUENO,M.E.T., ABREU,J.F. Cidades de Porte Médio e o Programa de Ações Sócio-Educativo-Culturais para as Populações Carentes do Meio Urbano em Minas Gerais." *Boletim de Geografia Teorética AGETEO*, Vol.12, N ° 23/24, Rio Claro - SP, 1982. pp. 21-54.
- ANDRADE.T.A.,LODDER,C.A. *Sistema urbano e Cidades Médias no Brasil*. IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 1979. 146p.
- ANDRADE T. A .,SERRA,R.V. *O Recente Desempenho das Cidades Médias no Crescimento Populacional Urbano Brasileiro*. IPEA ,Rio de Janeiro, 1998. 27p.
- CARVALHO, A.M.,BARBI,F.N. *Evolução da Urbanização Mineira em Três Décadas: 1960/1970,1970/1980 e 1980/1991*. Belo Horizonte, UFMG/Departamento de Geografia, 1997. 41p.
- CEPAL. *Modelo de Gestion Urbana para Ciudades Intermedias en America Latina*. Santiago,1994. 33p
- CEPAL. *Modelo Teorico-Conceptual para la Gestion Urbana en Ciudades Medianas de America Latina*. Santiago, 1994. 49p.
- GEIGER, P. P. "Diretrizes e Prioridades em Pesquisas Urbanas" *Segunda Conferência Nacional Estatística Geografia Cartografia*. IBGE, Rio de Janeiro, 1972. 26 p.

IBGE, *Sinopse preliminar do Censo Demográfico de Minas Gerais*. Rio de Janeiro, 1982. 214 p.(IX Recenseamento Geral do Brasil, 1980. V2, t.1, n.9).

IBGE, *Censo Demográfico de 1991 - Minas Gerais*. Rio de Janeiro. P. 1 - 1037, n. 18. 1991.

KUKLINSKI,A. *Polos y Centros de Crecimiento en la Planificación Regional*, Fondo de Cultura Económica, México,1977

FJP-*Programa Estadual de Centros Intermediários:Concepção, Metodologia e Síntese*. Fundação João Pinheiro.Belo Horizonte, 1980.

RODRIGUEZ, J. & VILLA, M. Ciudades Intermedias en América Latina y el Caribe: Propuesta para la Gestión Urbana. *Distribución Espacial de la Población y Ciudades Intermedias: Hechos en su Contexto*. CEPAL. 1998. 56 p.